**ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA CONCESSÃO E POSSÍVEL
BANALIZAÇÃO DO DANO MORAL**

LEGAL ANALYSIS THROUGH CONCESSION AND POSSIBLE TRIVIALIZATION OF MORAL
DAMAGE

Douglas Pereira de Carvalho e Felisberto Ferreira de Lima

Resumo biográfico dos autores

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso realizará um estudo acerca da possibilidade do instituto do dano moral está banalizado no atual ordenamento jurídico. Para isso, será explicada a relação que existe entre a responsabilidade civil, no que tange ao dever que um indivíduo tem de reparar a quem causou danos. Abordará também a respeito da percepção banalizada que algumas pessoas têm do instituto já mencionado e algumas das possíveis causas que contribuem para isso. Será também discorrido a respeito das diversas pretensões que algumas pessoas têm quando almejam danos morais, bem como, acerca de alguns posicionamentos dos tribunais superiores quanto a essas demandas. Por fim, caso o instituto do dano moral esteja banalizado ou se somente está a percepção das pessoas em relação a ele, será sugerido algumas hipóteses que poderão servir de soluções.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Dano moral. Banalização. Decisões judiciais.

Abstract: This course completion work will carry out a study about the possibility of the institute of moral damage being trivialized in the current legal system. For this, the relationship that exists between civil liability will be explained, with regard to the duty that an individual has to repair those who caused damage. It will also address the trivialized perception that some people have of the aforementioned institute and some of the possible causes that contribute to it. It will also discuss the various pretensions that some people have when they aim for moral damages, as well as about some positions of the superior courts regarding these demands. Finally, if the institute of moral damage is trivialized or if it is only people's perception of it, some hypotheses will be suggested that may serve as solutions.

Keywords: Civil responsibility. Moral damage. Trivialization. Judicial decisions.

Sumário: Introdução. 1 Da responsabilidade civil. 1.1 Do conceito de responsabilidade civil. 1.2 Breve histórico da responsabilidade civil. 1.3 Dos pressupostos da responsabilidade civil. 1.4 Das teorias sobre a causalidade. 2 O dano moral. 2.1 Do conceito de dano moral. 2.2 Da evolução do conceito de dano moral. 2.3. Das funções da reparação. 2.4 Da percepção banalizada quanto a obtenção do dano moral. 2.5 Das causas que contribuem para uma possível banalização do dano moral. 3 Da apreciação do dano moral no ordenamento jurídico pátrio. 3.1 Dos meios cabíveis para alegar a existência do dano moral. 3.2 O valor da causa nas ações de dano moral. 3.3 Exemplo de alguns pedidos que contribuem para a banalização do dano moral. 3.4 Das precauções acerca da possível banalização do dano moral. Considerações finais. Referências bibliográficas.

Introdução

A evolução do instituto do dano moral se deve a várias causas. Dentre elas, se não a mais importante, o constante desenvolvimento dos direitos de personalidade. Como o instituto mencionado é tão importante no seio social e jurídico, pois há diversas produções literárias que versam sobre o tema, bem como, há também uma crescente busca das pessoas para serem beneficiadas por tal instituto, ainda que em alguns casos tais pretensões sejam descabidas.

O primeiro capítulo versará a respeito do instituto da responsabilidade civil, o seu conceito, uma breve menção histórica, os seus elementos formadores e de algumas teorias a respeito da maneira que o nexos causal é definido e analisado no ordenamento jurídico pátrio. No que tange a obrigação de reparar a outrem por danos causados, desde a antiguidade foram criadas diversas legislações que previam o dever de reparar, dentre elas: O código de Hamurabi, o código de Manu, a lei das XII tábuas e dentre outras. Por causa de diversos estudos, análises e da evolução da humanidade, há hodiernamente, um entendimento mais consolidado acerca dos elementos formadores da responsabilidade civil, de tal maneira que na falta de um deles, não haverá obrigação de reparar danos a quem supostamente os alegou que sofreu. O último tópico deste capítulo mencionará sobre as diferentes formas que o nexos de causalidade é definido pelos doutrinadores e qual das teorias que versam sobre ele é adotada no ordenamento jurídico brasileiro.

O segundo capítulo é o cerne deste trabalho, uma vez que ele abordará o conceito de dano moral em si, bem como, o seu desenvolvimento que se deu através das várias correntes doutrinárias ao longo do tempo. Será também arguido a respeito das funções da reparação e das suas serventias. Será também brevemente abordado a percepção banalizada que algumas pessoas têm com relação ao instituto do dano moral e as possíveis causas que contribuíram ou que contribuem para que tais indivíduos tivessem ou que tenham uma percepção distorcida a respeito da obtenção da reparação por danos morais.

Em relação ao desenvolvimento doutrinário dos danos morais, existem diversos posicionamentos acadêmicos com relação a sua definição, tais como: Há uma parte dos doutrinadores que o definem como um conceito negativo ou excludente; outra parcela da doutrina o entende como dor ou alteração negativa do estado anímico, psicológico ou espiritual da pessoa; outra fração da doutrina o assimila como lesão a uma determinada categoria de direitos; e outras que serão abordadas do decorrer deste capítulo. Conforme a

existência do dano, advém a obrigação de repará-lo e essa é caracterizada como compensatória, punitiva e pedagógica. Haverá também uma breve menção acerca da percepção incorreta que algumas pessoas têm a respeito do dano moral, a saber que ele pode ser confundido com meros dissabores da vida. Por fim, tratará acerca da possibilidade de banalização do instituto em detrimento de alguns ingressos judiciais da população nacional.

O terceiro capítulo trará um desfecho em relação à maneira de como o dano moral é entendido pelo ordenamento jurídico pátrio. Será também discorrido acerca dos meios probatórios que são utilizados para alegar a existência de dano e se há necessidade de alegá-los ou não. Também será explanado a respeito de alguns valores exorbitantes dos pleitos por danos morais e os efeitos decorrentes desse tipo de atitude processual. Por fim, será dissertado com relação a alguns pedidos que banalizam o dano moral e, caso o instituto do dano moral esteja banalizado ou se sofre esse risco, será discorrido acerca de algumas das possíveis soluções que poderão auxiliar, não só os operadores do Direito, mas a população nacional em sua totalidade.

A problemática deste artigo é: O dano moral encontra-se banalizado no atual ordenamento jurídico? Tal problemática se deu com o objetivo de buscar mais informações a respeito da possibilidade que os danos morais têm de estarem banalizados em detrimento de alguns ingressos da população. Para responder tal questionamento, a partir do método bibliográfico indutivo, será realizada uma pesquisa em torno de doutrinas, jurisprudências, artigos e de diversas legislações que tratam sobre o tema.

1. Da responsabilidade civil

A responsabilidade civil está relacionada à existência do ato ilícito, que este é entendido como um ato que está desconformidade com as normas vigentes do ordenamento jurídico brasileiro. Dessa forma, mediante a existência de um ato ilegal, o agente que o causou terá que reparar a quem ele tenha causado danos, de modo que restitua tal indivíduo ao “status quo ante” (situação anterior ao dano). Inicialmente, este capítulo tem o objetivo de discorrer sobre o conceito da responsabilidade civil, seus princípios, sua previsão na Carta Magna de 1988 e sua definição doutrinária. Logo mais, fará menção a respeito da historicidade da responsabilidade civil. Por fim, versará sobre os elementos formadores da responsabilidade civil e a teoria que o ordenamento jurídico pátrio adota em relação ao nexo de causalidade.

1.1 Do conceito de responsabilidade civil

Segundo o dicionário jurídico, responsabilidade apresenta o seguinte significado: “Dever jurídico de responder pelos próprios atos e os de outrem, sempre que estes atos violem os direitos de terceiros, protegidos por lei, e de reparar os danos causados. Civil: É a reparação do dano causado a outrem, em decorrência de obrigação assumida ou por inobservância de norma jurídica” Guimarães (2018, p.213).

De acordo com o conceito disposto acima, pode-se observar que a responsabilidade civil é a capacidade que alguém tem de responder por si ou por outrem em detrimento de danos causados a terceiros, de modo que tal obrigação tem a função de resguardar as pessoas contra atos ilegais, abusivos e, sobretudo, danosos. Assim, percebe-se que o ditado popular é verdadeiro: “O direito de uma pessoa termina onde começa o da outra.”

A área do Direito é composta de muitos elementos e dentre eles, há aqueles que são basilares para a confecção das normas jurídicas, que são os princípios. Com a responsabilidade civil também não é diferente, ela tem princípios que norteiam e que embasam o funcionamento das normas que a ela se destinam. Dentre os seus princípios, são eles: "Neminem laedere" (não lesar a outrem) e à reparação integral.

O princípio *neminem laedere* diz que as pessoas devem se abster de causarem danos a outrem (VIVIAN, 2016). Em suma, entende-se que o princípio já mencionado tem a finalidade de evitar que as pessoas causem danos a outrem. Contudo, se vierem a causá-los, terão o dever de repará-las.

Já o princípio da reparação integral busca restituir o "status quo", ou seja, ordena que quem causou danos a outrem, o repare como se não o tivesse causado (RESENDE, 2011). Conforme definição do princípio mencionado anteriormente, caso alguém lesione a outrem deve repará-lo na medida do dano causado, de maneira que a reparação seja tão plena, ao ponto de satisfazer o lesado.

Ademais, é importante mencionar que a responsabilidade civil é prevista na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso X: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação [...]."

Todavia, a Constituição Federal de 1988 também prevê outro tipo de responsabilidade civil, conforme artigo 37, § 6º: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade,

causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Dessa forma, a respeito dos dois artigos que foram citados, percebe-se que entre os dois tipos de previsões legais que diferenciam a responsabilidade civil em subjetiva e objetiva, de maneira que a responsabilidade subjetiva é analisada pela culpa e a responsabilidade objetiva é analisada pelo risco.

No mais, a responsabilidade civil pode ser entendida como " a obrigação de responder pelos seus atos ou pelos de outrem" (BUENO, 1972, p. 1.004, apud JESUS, MELO E NETO p. 779). Posto de outra forma, "[...] a responsabilidade é a fórmula jurídica concebida para criar um vínculo entre alguém que viola um direito e outrem a quem se cria um direito decorrente dessa violação, independentemente de declaração de vontade dirigida a esse feito" Jesus, Melo e Neto (2015, p.779).

Assim, percebe-se que a noção de responsabilidade civil pode ser entendida a partir da ideia de causa e consequência, onde aquele que causa danos a outrem deve indenizá-lo pela lesão que adveio do seu ato.

1.2 Breve histórico da responsabilidade civil

Nos primórdios da sociedade, onde não havia o Estado para regular o comportamento dos indivíduos por meio de legislações tão desenvolvidas como se tem atualmente, existiam codificações que visavam coibir certos atos ilícitos e, caso estes fossem praticados, haviam penalizações para pessoas que os praticassem.

Dentre os inúmeros códigos que se tem registrado, um deles é o código de Ur- Nammu, cuja origem se deu na Suméria antiga, cerca de (2112–2095 A.C), mais especificamente na Babilônia. Esta codificação, ainda que seja a mais antiga que se tem data, prenunciava a existência dos direitos de personalidade, de maneira que objetivava proteger a honra de cada indivíduo (LIMA,2017).

Vale ressaltar que a legislação elaborada pelo rei Ur-Nammu previa também a reparação por danos patrimoniais e, se esta fosse violada, o ofensor tinha que ressarcir a quem causou danos mediante multas impostas pelo rei.

Já o código de Hamurabi, cujo registro histórico é de (1792-1750 A.C), continha 282 dispositivos legais que visava retribuir o lesado na medida do que tinha sido prejudicado, cuja máxima expressão é conhecida como "olho por olho e dente por dente" (LIMA,2017).

Com o advento do código de Hamurabi, percebe-se que há um vislumbre de um princípio tão consagrado no Direito, que é o da proporcionalidade, onde visava punir o indivíduo na medida do mal que ele tinha praticado, tanto no que se refere a um dano físico ou patrimonial.

O código de Manu tem sua origem na Índia e, diferentemente do código de Hamurabi, a reparação passou a ser dada por meio de prestação pecuniária. Com o advento do império romano e com o desenvolvimento progressivo do Estado, este passou a intervir na vida dos cidadãos, daí surgiu a Lei das XII Tábuas, cujo objetivo central era evitar que as pessoas praticassem justiça com as próprias mãos (LIMA, 2017).

Nota-se que o Código de Manu e a Lei das XII Tábuas já apresentaram uma forma diferente dos códigos estabelecidos anteriormente, de maneira que no código de Manu a reparação por dano moral não tinha um valor fixo e poderia ser fixada de acordo com a gravidade de cada caso. Já na Lei das XII Tábuas, graças ao desenvolvimento do império romano, o Estado começou a se desenvolver e a proibir que as pessoas obtivessem justiça por conta própria, de maneira que o "*jus puniendi*" (direito de punir) pertence somente ao Estado. Nos tempos antigos, a responsabilidade era genérica, ou seja, não havia uma distinção entre a esfera cível e criminal, nem tampouco de direito público ou de direito privado. Dessa forma, não havia distinção entre o conceito de reparação e de pena.

Em relação ao Brasil, logo após a sua independência em 1822, em seguida foi promulgada a Constituição Política de 1824, onde essa determinava que fosse estabelecido um Código Civil (C.C) e um Código Penal (C.P). Antes da promulgação do Código Civil de 2002, a culpa era o único elemento que caracterizava a exigência da reparação de dano, todavia, o mencionado dispositivo legal fez com que houvesse obrigação de reparar independente de culpa, conforme os casos previstos em lei ou se atividade por alguém exercida implica em risco para os direitos de outrem nos termos do artigo 927 do C.C de 2002.

1.3 Dos pressupostos da responsabilidade civil

Os elementos formadores da responsabilidade civil estão dispostos no Código Civil de 2002 em seu 186, que instrui da seguinte forma: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito." Vale mencionar também o artigo 927 do Código Civil de 2002, que instrui da seguinte maneira: "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a

atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem." Conforme artigos citados, pode-se concluir que os elementos que compõem a responsabilidade civil são: O Ato danoso (com culpa e sem culpa), dano e nexo de causalidade.

Brevemente, no que tange ao ato danoso com culpa, este pode ser entendido a partir da manifestação da ação ou da omissão pela qual se tenha o intento de provocar o dano (dolo) ou pela qual não se tomam os cuidados necessários para preveni-lo (culpa). No que se refere à culpa, esta pode ser analisada sob dois prismas diferentes, dentre elas, a imprudência, que é a omissão de um cuidado exigido; e a negligência, que é omissão de um cuidado que, se tomado fosse, teria o poder de evitar o dano causado (JESUS, MELO e NETO, 2015).

Em relação ao ato danoso com culpa, essa culpa é "*lato sensu*" (em sentido amplo), ou seja, ela abrange tanto a percepção do dolo como da culpa. Assim, a culpa "*lato sensu*" não é analisada a partir da perspectiva da existência da intenção ou não, mas sim pelo acontecimento do ato ilícito, seja por omissão ou por ação.

O ato sem culpa é aquele que é entendido conforme previsão legal do artigo 927 do C.C, conforme o seguinte entendimento doutrinário: "Quando o causador do prejuízo realize atividade que sabiamente provoque risco para os direitos de outrem, substituiu-se a análise da culpa nessa atividade para dar lugar ao risco, podendo, portanto, haver responsabilidade sem ato ilícito, mas, apenas com ato danoso, proveniente do risco" Jesus, Melo e Neto (2015, p. 784).

Logo, a inclusão da teoria do risco, deu lugar à responsabilidade objetiva, de modo que a análise feita está sob o dever de indenizar mediante a simples possibilidade de alguém causar dano a outrem por atividade legalmente exercida.

Segundo o dicionário jurídico, a palavra dano é definida como: "1. Mal ou ofensa que se faz a outrem. 2. Ofensa ou diminuição do patrimônio moral ou material de alguém" Guimarães (2018 p.91). O dano é necessário para que haja a obrigação de indenizar, além de que tem que necessariamente ofender a outrem, de outro modo, se este não existir, ainda que exista e não prejudique a ninguém, não existirá dever de reparação.

Já o nexo causal pode ser entendido como: "[...] É o liame que une a conduta do agente ao dano. É por meio do exame da relação causal que concluímos quem foi o causador do dano.

Trata-se de elemento indispensável. A responsabilidade objetiva dispensa a culpa, mas nunca dispensará o nexo causal" (VENOSA, 2003, p.53 apud SAMENZARI, p.7).

Dessa forma, se o lesado alegou que sobre si adveio danos, se este não conseguir provar que este prejuízo adveio sobre ele por causa da ação ou omissão de outrem, não existirá direito de reparação para ele.

Ademais é de suma importância mencionar que nem sempre que uma pessoa cause danos a outrem, ela será responsabilizada. Diante de casos assim, o Código Civil em seu artigo 188 trata das excludentes da responsabilidade civil, sendo elas: Os atos praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; destruição de coisa alheia, ou lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Contudo há também outras situações que excluem o dever de indenizar, seja por um acontecimento que se dê por caso fortuito ou por motivo de força maior.

1.4 Das teorias sobre a causalidade

No que se refere ao nexo de causalidade e sua relação com ação ou omissão de alguém que causou danos a outrem, existem algumas teorias que buscam analisá-lo, dentre as mais conhecidas, são elas: A teoria da equivalência das condições, a teoria da causalidade adequada e a teoria da causalidade direta ou imediata.

A teoria da equivalência das condições é definida como: "[...] postula que qualquer ação que dê causa ao resultado será considerada de forma igual ou equivalente a qualquer outra - antecedente ou posterior - sem se importar com a perquirição de qual dessas causas seja a preponderante ou adequada para causar o dano" (JESUS, MELO e NETO, 2015, p.795).

Conforme definição expressa acima da teoria da equivalência das condições, tal teoria é rejeitada pela maior parte da doutrina, haja vista que abre brecha para uma investigação infinita do ato danoso sem que cada ação praticada tenha uma relação direta entre uma causa qualquer e a que de fato originou o dano.

A teoria da causalidade adequada diz que o dano surgiu mediante uma causa que foi adequada para causá-lo (JESUS, MELO e NETO, 2015). Em suma, a teoria da causalidade ensina que ainda que alguém tenha lesado a outrem e, por causa da lesão causada, ocorra outra por culpa de terceiros, o autor do dano só deverá ser responsabilizado pelo prejuízo que causou.

A teoria da causalidade direta ou imediata é que foi adotada no ordenamento jurídico pátrio, conforme previsão no artigo 403 do C.C, que dispõe da seguinte maneira:" Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os

lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual." Por fim, esta teoria ensina que a causa só se dá pela conduta direta de quem a causou.

2. O dano moral

É imperioso mencionar que o instituto do dano moral tem íntima relação com o princípio da dignidade da pessoa humana. A partir da ideia do ser humano como pessoa, é necessário que o instituto do dano moral se desenvolva a cada dia mais, para que as pessoas encontrem proteção nos seus direitos fundamentais. Este capítulo terá o objetivo de discorrer acerca do conceito que alguns doutrinadores têm a respeito dos danos morais. Logo mais, tem o escopo de analisar a evolução do mencionado instituto. Após isso, fará uma breve menção com relação à reparação que alguém deve prestar em favor de quem causou danos e as funções da mesma. Por fim, versará sobre algumas percepções banalizadas que algumas pessoas têm a respeito dos danos morais e as causas que contribuem para que tais indivíduos tenham tal concepção em relação ao dano moral.

2.1 Do conceito de dano moral

Segundo o dicionário jurídico, a palavra dano moral é definida como: "Toda ofensa a direito personalíssimo, ou seja, a direitos extrapatrimoniais [...]" (GUIMARÃES, 2018 p.91). Conforme definição exposta, entende-se que dano moral é uma ofensa aos direitos da pessoa humana de maneira que tal ferimento se dá no interior do indivíduo violado e não, a princípio, em uma diminuição patrimonial.

Dentre muitos conceitos existentes sobre os danos morais, estes podem ser definidos pela seguinte maneira: "Na realidade, multifacetário o ser anímico, tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes para sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio como dano moral. [...] No desprestígio, na desconsideração social, no descrédito para reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral." (CAHALI, 2000, p.20-21).

Por fim, percebe-se que o dano moral é algo muito profundo, além de não se ter um conceito unânime sobre ele, sua efetivação se dá no ferimento da alma, da mente e, não só isso, mas também na honra de cada indivíduo, causando-lhe uma dor descomunal que supere qualquer dissabor ou mero desconforto do cotidiano.

2.2 Da evolução do conceito de dano moral

Dentre as diversas concepções que se têm acerca das definições de dano moral, se devem em detrimento de dois períodos históricos: O surgimento do renascimento e o período pós segunda guerra mundial, graças ao surgimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH).

Brevemente, com a ascensão do renascimento, esse fez nascer uma filosofia denominada “humanismo”. Em suma, o humanismo diz que o homem é um ser de grande valor, de modo que o coloca no centro de tudo o que existe e o classifica como um ser especial e único diante da natureza e das coisas que o rodeiam (GAARDER, HELLERN, NOTAKER, 2005).

Dessa maneira, percebe-se que diante dos diversos entendimentos que versam sobre os danos morais, todos eles pretendem proteger o ser humano de acordo com a personalidade e a individualidade de cada um, bem como, seus direitos e garantias fundamentais.

No que se refere às diversas definições do dano moral, este é definido por uma parte dos doutrinadores como um conceito negativo ou excludente. Para que de fato haja dano moral, o dano tem que atingir o indivíduo como pessoa em si e não o seu patrimônio (MIRANDA, 1959, p.30 apud ANDRADE, p.2).

Dessa forma, percebe-se que para Pontes de Miranda e outros adeptos dessa linha de pensamento, não há ligação entre dano moral e patrimonial, de modo que não pode haver uma cumulação entre um e outro.

Para outros doutrinadores, o dano moral é visto como uma dor ou alteração negativa do estado anímico, psicológico ou espiritual da pessoa. De acordo com essa corrente, o dano moral é percebido como uma perturbação de ânimo, de maneira que essas causam reações desagradáveis ou desconfortáveis na pessoa lesada (BITTAR, 1994, p.31 apud ANDRADE, p.4).

De acordo com essa linha de definição, o dano moral só se configura se alterar o estado de ânimo do lesado, de maneira que sejam visíveis a tristeza, angústia e o profundo abatimento da pessoa lesada.

Na percepção de outros autores, que são a maioria, o dano moral é visto como uma lesão aos direitos de personalidade, ou seja, uma violação a uma classe de direitos especiais, aqueles que se referem a um bem que caracteriza o indivíduo com pessoa humana, como a honra, a

liberdade, a saúde, uma vez que tal dano causado, tem o potencial de trazer sobre o indivíduo lesado muita dor e humilhação (FILHO, 1998, p.74 apud ANDRADE, p.10).

Portanto, percebe-se que o dano moral está profundamente ligado aos direitos de personalidade, principalmente no tocante à dignidade da pessoa humana que além de ser um princípio em si, embasa outros princípios e outras normas, sejam elas constitucionais ou infraconstitucionais.

Com o desenvolvimento progressivo do instituto do dano moral e com o aumento da tutela jurisdicional em relação à pessoa humana, é possível observar, mediante a ocorrência de alguns casos, que o dano moral pode ser produto de um dano material e até mesmo de um dano estético. Dito de outra forma, basta que se imagine um caso hipotético em que uma pessoa ofenda a integridade física de outrem, o que gerará para o lesado algumas despesas para se tratar (ANDRADE, 2008).

É evidente que nem sempre que ocorrer um dano estético a alguém, necessariamente haverá a presença de um dano moral. No entanto, mediante exemplo mencionado, caso o prejuízo que alguém cause a outrem supere a normalidade, de modo que sobrevenha danos permanentes em seu patrimônio físico, certamente, sua honra e alma serão feridas. Daí, há uma cumulação de dano moral com dano estético conforme previsão da Súmula 387 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Outra inovação acerca dos danos morais é aquela que diz a respeito das pessoas jurídicas serem indenizadas moralmente. Tal posicionamento é assim, uma vez que as pessoas jurídicas são titulares de honra objetiva que é aquela referente a boa reputação em razão do meio social onde está estabelecida (ANDRADE, 2008).

Dessa forma, como as pessoas jurídicas são titulares da honra objetiva, conforme parágrafo acima, a súmula 227 do STJ prevê reparação em favor das pessoas jurídicas se estas tiverem suas reputações comerciais postas em cheque.

Por fim, dentre as outras concepções que se tem acerca dos danos morais, estes podem ser considerados se causados contra direitos coletivos ou difusos, que são valores pertencentes a uma determinada comunidade (ANDRADE, 2008). Logo, é imposta a parte que causou danos, a obrigação de reparar a população por danos causados ao meio ambiente, como ocorreu no desastre de Brumadinho em 2019. Tal previsão encontra-se amparada no artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

2.3 Das funções da reparação

Conforme dispõe no dicionário jurídico, o conceito de reparação é definido da seguinte maneira: “Conserto, compensação de prejuízos, indenização, que se pode exigir de alguém por violação do direito alheio, por ação ou por omissão voluntária, negligência ou imprudência. [...]” (GUIMARÃES, 2018, p.211). Desse modo, a reparação é estabelecida com o intento de ressarcir a parte lesada, punir a parte que causou o dano e evitar que esse aconteça novamente.

Mediante o parágrafo anterior, a função compensatória da reparação pode ser entendida da seguinte forma: “A primeira intenção do julgador, quando arbitrou uma indenização por danos morais, é a de compensar o dano causado ao vitimado. Antes de qualquer outra finalidade posterior de evitar reincidência ou punir o agente, o que se intenta é compensar o dano. Quer-se evitar que o mal causado estenda seus efeitos e venha a causar maior sofrimento ao paciente. [...] essa é a intenção inicial do Código Civil de 2002, conforme disposto em seu Art. 944, no que preceitua que a indenização mede-se pela extensão do dano. Existem duas correntes doutrinárias a respeito da reparação/compensação do dano moral: a primeira acredita na possível quantificação pecuniária do dano moral e a segunda corrente aceita apenas uma estimativa, sem que nunca se chegue ao valor exato do dano moral. [...]” (LEITE, 2010, p.19 apud FRAGOSO, p. 47).

Logo, percebe-se que a função inicial da reparação é compelir o ofensor a ressarcir a quem causou danos da maneira mais satisfatória e justa possível, ainda que, conforme visão da segunda parte da doutrina, seja de fato impossível reparar o dano moral integralmente, haja vista que a reparação pecuniária por si não “apagará” de fato o dano ocorrido à pessoa lesada.

Já a função punitiva da reparação pode ser compreendida como: “A função punitiva do dano moral é atualmente aceita pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Tribunal aplica o conceito da razoabilidade da indenização ao determinar que o valor arbitrado não deverá ser nem irrisório e nem abusivo. Calca-se, portanto, em um critério de razoabilidade. [...] A função punitiva não foi prevista de forma expressa pelo legislador no Código Civil de 2002, mas o referido instituto tem inúmeros adeptos na doutrina e jurisprudência e a sua intenção é ultrapassar a satisfação do ofendido em ter seu patrimônio jurídico restituído ou compensado; visa-se punir o agressor, ele (o agressor) passa a ser o critério determinante para a valoração do dano moral [...]” (LEITE, 2010, p.19 apud FRAGOSO, p. 47-48).

Assim, entende-se que a punição tem a finalidade de castigar ou melhor, de disciplinar aquele que causou danos a outrem, de modo que se destina a desestimulá-lo a praticar tal

conduta novamente, sem que o onere "demais" se o ato danoso que causou a outrem foi “de menos”, nem “de menos” se o ato danoso que causou a outrem foi “demais.”

Já a função pedagógica é aquela que se destina a fazer com que o ofensor venha a aprender com situação, de modo que procure não causar mais danos a ninguém (ARAGÃO, 2019). Dessa forma, a função pedagógica, busca fazer com que as pessoas envolvidas na situação, principalmente o causador do dano, aprendam com ela, de maneira que se busque evitar danos a outrem.

2.4 Da percepção banalizada quanto a obtenção do dano moral

Segundo a definição do dicionário online, banalizar é: “Tornar-se banal, comum; vulgarizar-se, trivializar-se.” Os significados mencionados, conforme relação com o título deste trabalho, expressam uma boa alusão ao que algumas pessoas fazem ao ingressarem em uma demanda judicial com pedidos de danos morais. O que na verdade elas causam é um desvio da finalidade deste instituto, de modo que os danos morais são avistados como ganho “fácil.”

Com o avanço da tecnologia e dos sistemas de informação, percebe-se que o conhecimento de termos que antigamente eram mais reservados aos profissionais da área do Direito, gerou um “querer” descabido em algumas pessoas no que se refere ao pleito por danos morais (BENCKE, 2016).

Logo, se o dano causado no indivíduo não afetou seus direitos de personalidade, sobreveio a ele um mero aborrecimento do cotidiano, de modo que este não faz jus em receber uma concessão judicial reparatória por danos morais e, caso este acione o judiciário de forma errônea, além de sobrecarregá-lo; conseqüentemente, violará o princípio da celeridade processual.

2.5 Das causas que contribuem para a possível banalização do dano moral

Dentre as diversas causas que contribuem para que o instituto do dano moral seja banalizado, são elas: A subjetividade do juiz e a facilidade em postular em juízo. Brevemente, a subjetividade do juiz é baseada em um princípio constitucional denominado como “livre convencimento motivado”, que dá lugar à subjetividade do juiz no que se refere à sua visão particular acerca da existência ou não de danos morais (BENCKE, 2016).

Dessa forma, no que tange ao princípio do livre convencimento motivado do magistrado, este faz com que haja uma ausência de tabelamento ou de quantificação que poderia servir como base para que o juiz pudesse “precisar” um valor de acordo com cada caso e, se fosse dessa

maneira, talvez, não haveria tanta distinção entre os valores das causas que almejam por danos morais.

A facilidade de postular em juízo advém da criação dos juizados especiais, através da Lei 9099/95. Conforme preleciona o caput do artigo 3º da lei já informada: “Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:”

No que se refere ao termo “menor complexidade”, os juizados especiais são orientados pelos princípios da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade. A mesma lei também dispõe acerca da escolha entre parte querer ou não um advogado, em seu artigo 9º e dispõe também em seu artigo 54 que em primeiro grau de jurisdição as partes estarão isentas de custas e de despesas processuais (BENCKE, 2016).

Dessa forma, percebe-se que os juizados especiais, orientados pelo princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, concedem às pessoas a oportunidade de acessarem o judiciário para ingressarem com suas demandas, entre elas, as de danos morais. Contudo, em certos casos, algumas pessoas, ao se utilizarem dos juizados especiais, o fazem sem o mínimo de conhecimento jurídico adequado, o que as fazem requerer direitos inexistentes, além de causarem lentidão no sistema em razão da excessividade das demandas.

3. Da apreciação do dano moral no ordenamento jurídico pátrio

Há um tempo atrás, antes do instituto do dano moral atingir a maturidade que tem nos dias hodiernos, é enriquecedor trazer à tona de que alguns doutrinadores se valiam do posicionamento de que os danos morais não mereciam ser apreciados em juízo, não pela razão de não serem importantes, mas pelo motivo de que reparação de caráter monetário seria insuficiente para ressarcir toda a dor que adveio na pessoa lesada. Nos dias atuais, com o marco da Constituição de 1988, percebe-se que os danos morais não só merecem, mas devem ser apreciados em juízo, por serem um pináculo que sustenta e uma armadura que protege os direitos da pessoa humana. O presente capítulo versará a respeito das provas cabíveis para alegar a existência do dano moral. Logo depois, tratará a respeito de como deve ser fixado o valor das causas que pedem por danos morais. Por fim, versará sobre alguns pedidos judiciais que contribuem para a banalização do dano moral e algumas soluções caso o referido instituto esteja banalizado.

3.1 Dos meios cabíveis para alegar a existência do dano moral

Inicialmente, a prova pode ser entendida como: “Todo elemento trazido ao processo para contribuir com a formação do convencimento do juiz a respeito da veracidade das alegações concernentes aos fatos da causa” (CÂMARA, 2017, p.200).

Conforme conceito exposto acima, sabe-se que o processo é um procedimento realizado em contraditório, onde todas as partes atuam no mesmo em conjunto. Dessa forma, tanto a parte demandante quanto a parte demandada atuam com a finalidade de convencer o magistrado acerca das suas alegações.

No que se refere aos danos morais, não basta somente que a parte que pleiteia e “exija” a reparação de danos supostamente causados. Para que haja a reparação por danos morais, provar que houve apenas o fato em si não é o suficiente, mas sim, que o fato ocorrido tenha repercutido prejudicialmente à moral daquele que alega que merece ser indenizado (CAHALI, 2000).

Em concordância com o que já foi abordado neste trabalho, a definição acima está totalmente de acordo com os requisitos da responsabilidade civil, que são: O Ato danoso (com culpa e sem culpa), dano e nexo de causalidade. Ora, para que a pessoa seja merecedora da reparação, ela tem que provar que houve o nexo de causalidade, ou seja, a relação entre o ato danoso e o dano que sobreveio à sua pessoa.

Quanto à previsão legal das provas, elas estão previstas a partir do artigo 212 do Código Civil, sendo elas: Art. 212. Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante: I - confissão; II - documento; III - testemunha; IV - presunção; V - perícia.

Também a outra menção a respeito das provas no artigo 369 do Código de Processo Civil de 2015 que leciona da seguinte forma: “As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.” Em concordância com o artigo citado, o mesmo dispositivo legal preleciona da seguinte forma em relação ao seu artigo 373, incisos I e II: “O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.”

Diante dos artigos supracitados, mais especificamente ao artigo 373 e seus incisos, mediante análise do princípio do contraditório, se a parte autora não alegar que o fato que sobreveio a ela a faz merecedora de danos morais; a parte ré pode alegar a existência de fato impeditivo,

modificativo ou extintivo do direito do autor, em outras palavras, tais alegações da parte ré pode fazer o suposto direito, alegado pela parte autora perecer. Nesse sentido, a seguinte jurisprudência do TJDFT reza da seguinte forma, *in verbis*:

APELAÇÃO. CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. ÔNUS DA PROVA. ART. 373, II, DO CPC. DÍVIDA COMPROVADA. INSCRIÇÃO. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. ART. 188, I, DO CC. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Observa-se dos autos que o autor contratou os serviços do cartão MASTER FLAMENGO MAIS QUERIDO n. 522073*****001, com a abertura da conta digital por aplicativo. A instituição requerida comprovou a validade da contratação efetuada mediante apresentação de fotografia do autor, tirada por ele próprio, e do seu documento pessoal, em frente e verso, para fins de contratação no aplicativo digital (ID 138611459 da origem).

2. Verifica-se a aposição da assinatura do devedor no ato da entrega do produto recebido (fl. 7, ID 138611459). No mesmo dia, houve o desbloqueio do cartão para abertura da conta digital, ao que se seguiu a sua utilização em diferentes transações. A ré comprovou a ausência de pagamento das faturas do cartão de crédito (fl. 9, ID 138611459).

3. Demonstrada a origem da dívida e a regularidade da contratação efetuada, a parte autora não trouxe qualquer elemento capaz de infirmar os argumentos defensivos; ausente comprovação do pagamento do saldo devedor do cartão de crédito ou da abusividade dos valores envolvidos na cobrança. Portanto, a instituição apelada se desincumbiu do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito afirmado pelo autor, nos termos do art. 373, II, do CPC.

4. Em consequência, não se vislumbra ato ilícito do banco ao inscrever o nome do apelante em cadastros de inadimplentes, por se tratar de mero exercício regular do direito do credor, nos termos do art. 188, I, do

Código Civil. Afastada a eventual caracterização de negativação indevida, não há dano moral a ser reparado. 5. Recurso conhecido e desprovido.

(Acórdão 1670584, 07300580420228070001, Relator: SANDRA REVES, 2ª Turma Cível, data de julgamento: 1/3/2023, publicado no PJe: 4/4/2023. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

A jurisprudência supracitada informa o caso em que uma pessoa havia celebrado um contrato com uma instituição bancária referente a um cartão de crédito. Contudo, após a parte contratante haver gozado do poder de realizar compras, ela não havia pagado a fatura do seu cartão de crédito, o que fez com que a parte contratada inserisse o nome da parte contratante no rol de inadimplentes. Ora, sabe-se que inserir o nome de uma pessoa no rol de inadimplentes indevidamente é considerado como dano moral presumido. No entanto, à luz do caso em tela, a parte contratante não tinha provas de que a parte contratada havia se enganado acerca das cobranças realizadas, nem tampouco provou que a parte contratada havia inserido seu nome no rol de inadimplentes indevidamente. Assim, como a parte contratada havia se utilizado de um exercício regular do seu direito, nem tampouco havia abusividade da sua parte.

No mais, há situações tão excepcionais, ainda que elas não sejam absolutas, que o ônus probatório não cabe à pessoa lesada. Dito de outra forma, se a pessoa sobre a qual veio o dano, desde que este ocorra na modalidade “*in re ipsa*”, que do latim significa “pela força dos próprios fatos”, a pessoa lesada precisa tão somente alegar que o dano que sobreveio a ela partiu diretamente daquele que o causou (TJDFT, 2021).

Assim como foi mencionado no parágrafo acima, os danos morais “*in re ipsa*” representam um novo desdobramento no que se refere ao desenvolvimento do instituto do dano moral, bem como, um meio a mais para proteger a dignidade da pessoa humana, frente aos abusos que ela pode vir a sofrer.

Ante o dano moral “*in re ipsa*” é importante mencionar que o STJ tem alguns entendimentos consolidados quanto à sua efetivação, tais como: Contaminação de alimento por corpo estranho, uso indevido de marca, violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, recusa do plano de saúde para autorizar tratamento médico emergencial, agressão a criança e comercialização de dados pessoais (STJ, 2022).

Ainda que haja posicionamentos dos tribunais superiores acerca de determinadas situações em que o dano moral de fato se configura pelo simples fato de acontecer, há outras situações que precisam de provas. Assim, conforme o conceito de dano moral já explicado e alusão da sua modalidade presumida, percebe-se que provar que de fato este se configurou não é possível em sua totalidade, uma vez que o dano moral é aquele que lesa o íntimo do indivíduo, suas emoções e seu ser interior, de maneira que está sob dependência da subjetividade do juiz percebê-lo ou não.

3.2 O valor da causa nas ações de dano moral

Em regra, sabe-se que o Código de Processo Civil de 2015 exige que o pedido das causas deve ser líquido e certo. Porém, no mesmo dispositivo legal é permitido que seja feito pedido genérico conforme previsão do artigo 324 do Código de Processo Civil. Caso o autor, na petição inicial, tenha realizado o pedido de forma genérica, caberá ao magistrado fixar um valor para o mesmo (BENCKE,2016).

Sabe-se que pedido líquido e certo é a especificação do valor em que o autor afirma ser titular em relação ao réu. Já o pedido genérico, diferentemente do pedido líquido e certo, não informa com precisão o valor do direito que o autor afirma ser titular. Dessa forma, caso o autor realize um pedido genérico, seja ele de valor ínfimo ou exorbitante, caberá ao magistrado, conforme o uso da proporcionalidade e da razoabilidade flexibilizá-lo.

Em concordância com o parágrafo acima, o STJ tem decidido da seguinte forma com relação à fixação do valor da causa por danos morais, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. REVISÃO DO VALOR FIXADO.

INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Ação declaratória c/c pedido de compensação por danos morais.
2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que é possível a revisão do valor da compensação por danos morais, na estreita via do recurso especial, somente quando exorbitante ou ínfimo, hipótese em que

se admite a flexibilização do óbice da Súmula 7/STJ, ante os postulados maiores da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. Essa, contudo, não é a hipótese dos autos, em que o quantum compensatório foi fixado em R\$10.000,00, em razão da inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes.

[...]

Conforme jurisprudência supracitada, percebe-se que o valor da causa é tão importante nas demandas judiciais, o que por sinal pode ocasionar uma flexibilização de uma das súmulas do STJ. Contudo, para que o magistrado assim o faça, deve agir à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade de cada demanda, de maneira que se o valor exigido por ela foi ínfimo, deve ser majorado pelo mesmo e, se o valor da causa for exorbitante, deve este ser reduzido por ele também.

3.3 Exemplo de alguns pedidos que contribuem para banalização do dano moral

Após serem dissertadas acerca de umas das possíveis causas que banalizam o dano moral, é de suma importância que seja mencionado alguns exemplos a respeito de algumas demandas judiciais que contribuem para uma possível banalização do instituto.

O primeiro caso diz respeito a uma relação de consumo, situação que ocorreu na Teofilândia / BA, onde uma mulher se dirigiu ao mercado e comprou uma sobrecoxa de frango no valor de R\$13,50 (treze reais e cinquenta centavos). Ao chegar em sua casa, tal mulher, ao descongelar a sobrecoxa de frango, percebeu que havia uma quantidade muito grande de pele e uma quantidade ínfima de carne, o que a fez ajuizar uma ação contra o mercado. Quando a ação foi distribuída para o juiz competente, tal fato o surpreendeu, a ponto do juiz substituto José de Souza Brandão Netto tecer o seguinte comentário: “A que ponto o acesso ao poder judiciário chega?” (MIGALHAS, 2022).

Conforme o caso narrado acima, nota-se que a situação ocorrida não precisava ser levada ao judiciário, de maneira que poderia ter sido resolvida extrajudicialmente, porém, como assim não se sucedeu, percebe-se que o dano moral foi banalizado quanta a percepção que tal pessoa teve a seu respeito, a saber que a situação não passou de um mero dissabor do cotidiano.

O segundo caso trata-se de uma situação que ocorreu nos tempos de pandemia da Covid - 19, onde a apelante requereu danos morais quando certa instituição cancelou a matrícula da

mesma em decorrência do número insuficiente de alunos para a abertura de turma (TJDFT, 2023).

Com base no parágrafo acima, segue uma jurisprudência do TJDFT, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS CONTRA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. MATRÍCULA EM DISCIPLINA CANCELADA POR INSUFICIÊNCIA DE ALUNOS PARA A ABERTURA DE TURMA. AUSÊNCIA DE QUORUM MÍNIMO EM RAZÃO DA COVID-19. FORTUITO EXTERNO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE. MERO ABORRECIMENTO. REPARAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL INEXISTENTE. ÔNUS DA PROVA.

1. Visto a situação de total exceção em virtude da pandemia de COVID-19, não há ilicitude, abuso de direito tampouco ofensa ao direito de personalidade que legitime a condenação de instituição de ensino superior a título de dano moral, quando cancela matrícula de disciplina contratada por falta do número mínimo de alunos matriculados, com quorum insuficiente à formação de uma turma regular.

2. Não se pode desconsiderar que o cancelamento da turma causou insegurança, transtornos e infortúnios à apelante. Contudo, esse fato não enseja reparação a título de dano moral, constituindo-se em mero mal-estar, dissabor ou vicissitude do cotidiano pelos quais toda a sociedade ao redor do mundo passou, inclusive os outros alunos matriculados junto com a autora.

[...]

4. Deu-se provimento ao apelo para julgar improcedente o pedido invertendo os ônus da sucumbência.

(Acórdão 1674938, 07065883520228070003, Relator: ARQUIBALDO CARNEIRO PORTELA, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 15/3/2023, publicado no DJE: 27/3/2023. Pág Sem Página Cadastrada.)

Conforme jurisprudência supracitada, percebe-se que o dano moral foi requerido de forma errônea, a saber que no caso em si, não houve qualquer lesão aos direitos personalíssimos da apelante, uma vez que não houve culpa por parte da instituição educacional, tratando-se de um caso fortuito externo. Logo, compreende-se que a situação não passou de uma mera “normalidade”, uma vez que o mundo inteiro estava inserido em uma pandemia (Covid-19) e que, lamentavelmente, tal acontecimento, por mais que tenha frustrado a apelante, era previsível e compreensível, até porque tal fato se dá até mesmo sem o advento de uma pandemia.

3.4 Das precauções acerca da possível banalização do dano moral

Entre as inúmeras soluções que pode haver, é certo que a primeira delas deveria começar pelos operadores do direito, dentre eles, os advogados. Devem eles ter razoabilidade, bom senso e prudência ao acessarem à justiça e requererem danos morais descabidos para seus clientes, sob pena de serem condenados por litigância de má-fé (FRAGOSO, 2015).

Dessa forma, percebe-se que uma das soluções se encontra na conscientização das pessoas de uma forma geral, tanto no que se refere a parte que deseja postular em juízo, tanto pelo advogado que a representará, de modo que não vejam o dano moral apenas como um “acréscimo” ao valor da causa e sim como um instituto que foi criado para proteger a pessoa humana quando essa for violada em seus direitos de personalidade.

A Lei 9.099/95 foi instituída com o intuito de fornecer às pessoas menos favorecidas economicamente acesso à justiça. Ocorre que, infelizmente, algumas pessoas abusam de tal benefício e ingressam no judiciário com uma demanda de alto valor, sem fundamentos jurídicos para obterem o que dela esperam (BENCKE,2016).

À luz do parágrafo anterior, a lei 9.099/95 é muito importante, uma vez que, de certa forma, não somente os operadores do direito devem saber sobre os direitos da população, mas ela mesma deve saber acerca dos seus direitos. Assim, percebe-se que a Lei dos Juizados Especiais não tem a finalidade de tornar as pessoas advogadas, mas sim cidadãs em sua essência, de maneira que dão a elas a chance de lutarem pelos seus próprios direitos e assim devem fazer com um mínimo de conhecimento jurídico, prudência, honestidade e boa-fé.

Em suma, a melhor solução é aquela que se encontra na conscientização, de forma que nem todos os problemas originados no seio da sociedade precisam de fato serem resolvidos pela justiça, ou seja, podem ser resolvidos extrajudicialmente, pela mediação, pela arbitragem e pelas próprias partes. No mais, cabe à própria população ter consciência disso, e cabe ao próprio

judiciário também julgar e apreciar as demandas levadas a ele da melhor forma possível, com proporcionalidade e razoabilidade de acordo com a especificidade de cada demanda.

Considerações finais

A resposta à problemática apresentada é que foi possível compreender que os danos morais têm íntima relação com a responsabilidade civil, de maneira que só é possível que alguém repare a outrem se este for responsável, seja pelos seus próprios atos ou pelos de outrem. Quanto à responsabilidade civil essa tem sua previsão na Constituição Federal de 1988, de modo que prevê até mesmo a responsabilidade da pessoa jurídica quanto ao meio ambiente, ou seja, percebe-se a responsabilidade do ser humano não só para com seus semelhantes em si, mas para com a vida no seu âmbito geral.

Quanto ao dano moral, é nítido que este instituto é importantíssimo para a vida humana, de modo que tal instituto evoluiu muito com o passar do tempo e pelo que se pode observar, ele continuará a evoluir desde o seu conceito até os meios de reparação. Talvez, por ser um instituto tão robusto no que tange às divergências doutrinárias que versam sobre ele, pode ser que algumas pessoas usem de má-fé para quererem banaliza-lo, ao retrocederem a conceitos dele que já foram superados ou os usarem para requerer uma reparação inexistente ou mal fundamentada.

No que versa a análise judiciária do dano moral, é fato que em tempos passados algumas pessoas ingressaram com danos morais para auferirem lucro, ainda que deu certo para alguns indivíduos e, ainda que dê atualmente, tal comportamento já é previsto pelos tribunais, de tal forma que em certos casos, onde algumas pessoas se apoiam indevidamente na ideia de obterem reparação por danos morais presumidos ou “in re ipsa”, os tribunais exigem que a parte prove que de fato não merecia ter sofrido o dano que sobreveio à sua pessoa. Percebe-se também que, assim como os danos morais estão a se desenvolver no seu conceito doutrinário e jurisprudencial, por outro lado, vê-se que também há uma evolução na sua análise e concessão no ordenamento jurídico brasileiro, com o intuito de evitar que tal instituto seja banalizado e descaracterizado em relação ao que realmente ele é, tão elementar para a vida.

Por fim, a respeito da banalização do dano moral, percebe-se que este não se encontra banalizado em sua essência e, quanto a percepção das pessoas em relação a ele, essa pode ser mudada, de acordo com o desenvolvimento da conscientização, do bom senso e do conhecimento jurídico básico que a todos deveria ser proporcionado.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, Zanetti Diego. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/indenizacao-por-dano-moral-e-sua-funcao-pedagogica/674798685> >. Acesso em 08 de maio de 2023.

BENCKE, Bernardo Guilherme Fábio. Teriam as ações com pedido de dano moral se banalizado? Google Scholar. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3709>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

BUENO, Manoel Carlos. Título: Código de Hamurabi Manual dos Inquisidores Lei das XII Tábuas Lei de Talião. Edição 2019. Local de publicação: Edijur, Leme -SP.

CAHALI, Said Yussef. Título: Dano Moral. Edição 2000. Local de publicação: Editora Revista dos Tribunais - SP.

CÂMARA, Freitas Alexandre. Título: O Novo Processo Civil Brasileiro. Edição 2017. Local de publicação: Editora Atlas 2017.

Como surgiu o Dano Moral: Uma evolução histórica. Meudireito.online, 2020. Disponível em: < <https://meudireito.online/historia-dano-moral/> >. Acesso em 08 de maio de 2023.

Código Civil. Planalto,2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm >. Acesso em 09 de maio de 2023.

Código de Processo Civil. Planalto, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm >. Acesso em: 09 de maio de 2023.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Planalto,1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 de maio de 2023.

DAMASCENO, Lucas. O Instituto do Dano Moral: Histórico, Natureza e Aplicabilidade. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <
<https://lucaspontesdamasceno.jusbrasil.com.br/artigos/200605812/o-instituto-do-dano-moral-historico-natureza-e-aplicabilidade> >. Acesso em 08 de maio de 2023.

Dano Moral “in re ipsa.” TJDFT, 2021. Disponível em:
<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/dano-moral-in-re-ipsa201d> >. Acesso em 08 de maio de 2023.

DISTRITO FEDERAL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo interno no agravo em recurso especial nº 2022/0330591-1. Ação declaratória com pedido c/c de compensação por danos morais. Banco Pan S.A versus Maria Conceição Freitas da Silva Cardozo. Brasília, 03 de março de 2023. Relatora: Nancy Andrighi. Jurisprudência Brasiliense, Brasília, maio de 2023, p. 8-10.

_____ Tribunal de Justiça. Apelação cível nº 0730058-04.2022.8.07.0001. Ação de obrigação de fazer. Indenização por danos morais. Carlos Eduardo Machado versus Cartão BRB/SA. Brasília, 01 de março de 2023. Relator: Sandra Neves. Jurisprudência Brasiliense, Brasília, maio/2023, p.7-7.

_____ Tribunal de Justiça. Apelação cível nº 0706588-35.2022.8.07.0003. Ação de reparação de danos morais contra instituição superior. União Pioneira de Integração Social versus Gabriella Souza Ferreira. Ceilândia, 27 de março de 2023. Relator: Arquibaldo Carneiro Portela. Jurisprudência Brasiliense, Brasília, maio de 2023/ p. 7-7.

DUARTE, Ricardo; ANDRADE, André Gustavo. A evolução do Conceito de Dano Moral. Google Scholar. Disponível em: <
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58569187/A_Evolucao_do_Conceito_de_Dano_Moral >. Acesso em 08 de maio de 2023.

FRAGOSO, Santos Germano. Dano moral banalizado? Considerações a partir de uma análise doutrinária e jurisprudencial. Google Scholar. Disponível em: <
<https://dspace.doctum.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3050/Monografia%20>

%c3%baltima%20vers%c3%a3o%202015.pdf?sequence=1 & isAllowed=y >. Acesso em 08 de maio de 2023.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. Título: O livro das religiões. Edição 2005. Local de publicação: Companhia das Letras - SP.

GUIMARÃES, Torrieri Deocleciano. Título: Dicionário Jurídico. Edição 23. Local de publicação: Editora Rideel - SP.

In re ipsa: os entendimentos mais recentes do STJ sobre a configuração do dano presumido. STJ, 2022. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/11092022-In-re-ipsa-os-entendimentos-mais-recentes-do-STJ-sobre-a-configuracao-do-dano-presumido.aspx>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

JUIZ NEGA INDENIZAÇÃO A MULHER QUE COMPROU SOBRECOXA COM MUITA PELE. migalhas, 2022. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/363196/juiz-nega-indenizacao-a-mulher-que-comprou-sobrecoxa-com-muita-pele>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

LIMA, Barreto André. Título: O dano moral ao longo da história. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56890/o-dano-moral-ao-longo-da-historia>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

MICHELLAZO, busa Mackenzie. Título: Do Dano Moral. 4 Edição. Local de publicação: Lawbook Editora, 2000.

NETO, Sebastião; JESUS, Marcelo; MELO, Maria Izabel. Título: Manual de Direito Civil. 3 Edição. Local de publicação: Editora Jus Podivm, 2015.

RESENDE, Roberta. Princípio da Reparação Integral - Indenização no Código Civil. Migalhas, 2011. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/lauda-legal/141138/principio-da-reparacao-integral---indenizacao-no-codigo-civil>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

SAMENZARI, Fantini Giovanni. A banalização do instituto do dano moral. Google Scholar. Disponível em: <<https://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-14974708200285.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

VENOTO, Andrey Jabour. A banalização do dano moral. Disponível em: <<https://viannasapiens.emnuvens.com.br/revista/article/view/12/6>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

VIVIAN, Buzachi Alcântara Wilson. Princípio alterum non laedere (neminem laedere), dignidade humana e boa-fé. Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/principio-alterum-non-laedere-neminem-laedere-dignidade-humana-e-boa-fe/>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.